



O LUGAR DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM PERNAMBUCO

Wandeckson José de Almeida Paiva

Universidade de Pernambuco – Wandeckson@hotmail.com

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues

Universidade de Pernambuco – luiz.rodrigues@upe.br

INTRODUÇÃO

Um dos instrumentos centrais da gestão da escola é o projeto político-pedagógico (PPP), que constitui um instrumento legal para legitimar a gestão democrática nas escolas, é mediador de decisões de atividades diárias e organiza as dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica. (MEDEL, 2012).

O estudo sobre o PPP se constitui numa necessidade constante, precisa está sempre atualizado para adaptação as mudanças existente na sociedade. Além disso, atualmente estamos vivenciando um aumento das atividades burocráticas e administrativa em detrimento as que envolvam a comunidade, principalmente na rede estadual, sendo observado em Rodrigues (2016) e que culmina na pouca participação da comunidade e dos outros segmentos escolares na atualização ou elaboração do PPP, transformando-o num mero instrumento burocrático.

Para Santos (2009) a forma com que os espaços escolares estão organizados, o tempo no ambiente escolar, a rotatividade dos docentes, a fragilidade da concepção do PPP na formação profissional e o distanciando dos processos internos vem fragmentando o diálogo no espaço escolar dos atores escolares na construção do PPP e deixando de oferecer a oportunidade de ouvir a comunidade para refletir criticamente, de forma consciente para uma práxis educativa. Refletir criticamente significa que deve “pensar a si própria”, isso significa se transformar numa escola reflexiva, que pensa na sua missão social, sendo autônoma e que avalia seu próprio processo educativo. (ALARCÃO, 2001).

De acordo com o que foi apresentado, este trabalho tem como premissa apresentar resultados preliminares de uma investigação que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Mestrado Profissional da Universidade de Pernambuco – *Campus* Mata Norte, que apresenta como principal problema da pesquisa o seguinte questionamento: a



pouca utilização e a baixa participação da comunidade na construção ou revisão do PPP nas Escolas de Referência em Ensino Médio em Pernambuco.

A partir desta problemática, procuramos discutir possibilidades para o aumento da participação dos segmentos escolares, em especial da comunidade, assim como verificar a função de organização do trabalho pedagógico nos ambientes escolares. Estes questionamentos surgem da necessidade do cumprimento legal exigido na Constituição de 1998, ao exigir uma gestão democrática no ensino público em seu artigo 206. Através da regulamentação para utilização do PPP como instrumento para legitimar a gestão democrática de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/1996, em seus artigos 12, 13 e 14, e do reforço do PNE (2014-2024) que estabelece na meta 19 o prazo de 2 anos para efetivarem a gestão democrática nas escolas e define como estratégia 19.6, incentiva a participação da comunidade escolar na formulação do projeto político-pedagógico.

Para dar conta da problemática elegeu-se como objetivo geral da pesquisa: discutir a construção do projeto político-pedagógico em uma escola pública de Referência em Ensino Médio de Pernambuco, frente a sua função de organização do trabalho pedagógico.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa utiliza-se uma abordagem qualitativa que, de acordo com Barros (1990) tem maior foco em “qualidade e/ou conteúdo” e segundo Richardson (1999) é a melhor opção para se analisar um “fenômeno social”. Compreender a problemática acerca do objeto em estudo levantando questões subjetivas, o que faz ser necessário uma maior flexibilidade para conduzir o estudo e não ter foco no resultado e sim no processo a ser utilizado, o que justifica a pesquisa qualitativa.

Nesta pesquisa *in loco*, a investigação discute possibilidades para as problemáticas apresentadas, se baseando pela pesquisa-ação que segue as etapas ciclos de pesquisa (diagnóstico, ação, avaliação e reflexão, considerando que a “coleta de informações, de interpretações, de revisão da literatura, não se esgota inicialmente” (RICHARDSON e RODRIGUES, 2013).

[...] pesquisa segue uma metodologia dinâmica, em ciclos de etapas e isso significa que uma informação coletada em um ciclo pode ser confirmada, substituída, contestada ou ampliada em outro e o relatório deve retratar essas mudanças (RICHARDSON e RODRIGUES, 2013).

A escolha pela pesquisa-ação se justifica pela possibilidade de contribuir com uma mudança na realidade, em resolver problemas de forma coletiva, com participação, buscando soluções para a problemática. Pode haver variações em graus distintos em fatores como tempo e participação dos sujeitos durante a pesquisa. A metodologia da pesquisa-ação proporciona novos conhecimentos,



para aplicação em problemas e obter soluções mais precisas (RICHARDSON RODRIGUES, 2013).

No diagnóstico ocorrem observações pelo pesquisador acerca da possibilidade de produção de ciência, com foco no que norteia o PPP da escola. Caracterizando a colaboração dos especialistas e dos participantes, realizando mobilização no conselho escolar, nas reuniões de pais e mestres e através das redes sociais para o desenvolvimento do projeto.

Para referendar a política desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco quanto ao PPP e analisar no *lócus* da pesquisa, observamos a exigência legal desenvolvida pela Secretaria de Educação e o projeto existente na escola, verificando se segue os princípios norteadores estabelecidos por Veiga (2002), igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério, delimitando a problemática para que possamos dar conta da pesquisa.

Para a ação foi proposto como ação para solucionar o problema em questão. Criamos um ambiente na internet que possa coletar informações de participantes sobre um PPP simples, mas que leve em conta os sete elementos básicos estabelecidos por Veiga (2002). Como segunda ação, foi criado um aplicativo para que todos tivessem oportunidade de editar e alterar informações relevantes sobre o PPP e estamos elaborando a terceira ação que é tornar mais claro as perguntas elaboradas para a construção de um PPP. Para a quarta ação estamos elaborando um capítulo da dissertação acerca da tecnologia desenvolvida e uma forma desse documento ficar disponível no ambiente utilizado para construção.

Na avaliação é necessário ficar atento ao surgimento de novas percepções sobre os trabalhos desenvolvidos na construção do PPP, para que possamos propor estratégias inovadoras que favoreçam uma maior participação tanto na construção ou na revisão do PPP das escolas públicas.

Na última etapa da pesquisa-ação, reflexão, tem como norte analisar os resultados atingidos, as aprendizagens durante todo o processo e refletir sobre a experiência dessa pesquisa. É importante a partir dessas experiências, estimular as aprendizagens para que possam desenvolver ainda mais suas habilidades, atitudes e comportamentos (RICHARDSON e RODRIGUES, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos são a título de experiência do estágio supervisionado, realizado numa turma do PARFOR da Universidade de Pernambuco em Nazaré da Mata, com 14 sujeitos participantes, professores da rede municipal e estadual de Pernambuco.



Durante a apresentação das aulas sobre o PPP, os professores demonstraram interesse em discutir a construção e ampliar dos horizontes para encontrar uma forma de aumentar a participação, assim como avaliar a principal função de organização de trabalho pedagógico. No decorrer do estudo percebemos a necessidade de fundamentar com um teórico o PPP para que dê uma base filosófica para o projeto político-pedagógico a ser desenvolvido pela instituição e seguir os elementos básicos.

No decorrer do estágio foi eleito às categorias teóricas para dar conta da pesquisa como sendo: a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista que é a principal função do PPP; a descentralização para buscar a autonomia e assim trazer uma escola que pense e possa caminhar sem deliberações que venham de cima para baixo; e a última categoria surge a partir dessa escola que pense a si própria e defina seu papel social como uma escola reflexiva. (ALARCÃO, 2001).

Em uma aula foi realizado um debate sobre questões que abordam a construção do PPP, porém surgiram dúvidas e foi necessário modificar questões de forma a tornar claras dando assim um melhor entendimento e favorecendo a agilidade.

Após essas dúvidas foi solicitado que os mesmos fizessem o PPP do PARFOR que estudam a título de treinamento e em seguida o PPP de sua escola no ambiente virtual (um formulário do Google – Elementos básicos do PPP). Entre as respostas do ambiente, nenhuma respondia sobre o objetivo geral legal do PPP; já sobre a finalidade da escolar encontramos o entendimento do que foi solicitado de acordo com as respostas, porém nenhuma abordava a formação integral; quanto a estrutura ficou o entendimento bem definido a respeito da parte física e da pedagógica; o mesmo aconteceu no currículo; nas respostas quanto ao tempo escolar percebemos que vem tudo definido sem nenhuma autonomia ou não existe conhecimento dessa possibilidade; na avaliação é percebido a necessidade de uma ampliação da análise crítica sobre a educação e do próprio PPP, tendo em vista que não é discutindo a educação numa visão holística, até por que as respostas foram de local conhecidos e podiam explorar ainda mais. De acordo com as respostas das proposições, destaco que foram encontrados muitas resposta abordando a participação da comunidade escolar, de reuniões para discutir a realidade política e problemas do cotidiano escolar.

As respostas obtidas nas questões levantadas reforçam a necessidade de uma análise frequente do PPP, ampliando os horizontes e dando mais agilidade no raciocínio, promovendo uma construção que envolva o maior número de pessoas possíveis da comunidade escolar. É necessário pensar neve envolvimento e em dar sentido à escola, como citamos a categoria de escola reflexiva,



uma escola que pense a si própria e em sua existência e as contribuições dessa escola para formação do cidadão.

CONCLUSÕES

De ante dos resultados parcialmente obtidos, pois estamos com a pesquisa em andamento, mas com algumas ações iniciais, já podemos despertar para a possibilidade de utilizar a internet como instrumento para que possamos aumentar a participação da comunidade escolar na discussão do PPP.

Entretanto com esta experiência identificamos alguns desafio que precisam ser superados e utilizar plenamente este recurso, a saber: a dificuldade ao utilizar a internet, não conseguir acesso devido a não ter conta no Google, as respostas não puderam ser alteradas e dúvidas em responder aos questionamentos baseadas nos elementos básicos, porém conseguiram elevar o nível de discussão e dar um rumo para futuras construções.

É importante ressaltar que em estudos recentemente realizados foram entradas várias possibilidades de construção, como roteiros que estão disponíveis na internet, porém não devem ser utilizado como padronização, pois além de não atender a necessidade da comunidade local não cumprirá a função de um dispositivo legal para legitimar a democracia na escola restringindo a participação e trará uma centralização. (CAIN, 2014). O PPP busca o contrario, segundo Veiga (2002) a escola é para descentralizar para buscar autonomia e para Gadotti (1998) o PPP precisa de participação e autonomia.

Esta pesquisa tem uma inserção social na medida em que investiga um instrumento de organização escolar na perspectiva do aumento da participação efetiva da comunidade escolar e na disseminação desse instrumento. Verificando as interferências e identificando seus limites assim como explorando suas possibilidades.

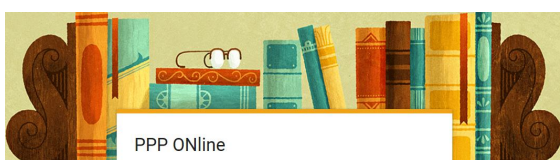


Figura 1 – Formulário do Google acessado pelo aplicativo
Fonte: Google Formulários

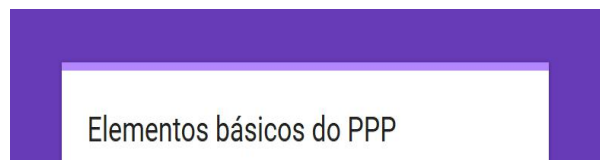


Figura 2 – Formulário do Google acessado pela internet
Fonte: Google Formulários



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALARCÃO, Izabel. **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre. Editora: Artmed, 2001.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 17. Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. Lei nº 13.005/2014, DF: MEC, 2014.

CAIN, A. A. **A Organização do Trabalho Pedagógico na Escola e o Sistema Apostilado de Ensino: estudo de caso**. 330 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista. Araraquara - SP, 2014.

GADOTTI, Moacir. **CONSTRUINDO A ESCOLA CIDADÃ – Projeto Político-Pedagógico**. Ministério da Educação, Brasília, 1998.

MEDEL, C. R. M. de A. **Projeto Político-Pedagógico: construção e implementação na escola**. 2ª Edição. Revista Campinas. São Paulo. Ed. Autores Associados, 2012.

RICHARDSON, R. J; RODRIGUES, L. A. R. R. **Investigação e Intervenção na Gestão Escolar / Metodologia do Trabalho Científico**. In. Curso de Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Módulo III. Recife, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1999.

RODRIGUES, Luiz Alberto R. **Configurações da gestão escolar nos sistemas municipais e estadual em Pernambuco**. Cadernos do Tempo Presente, n. 23, p. 03-19, mar./abr. 2016,

SANTOS, Ana Cristina de Mendonça.; **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado Profissional Multidisciplinar. Universidade Estadual da Bahia. Salvador, 2009

VEIGA, Ilma Passos Alencastro.; **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: uma construção possível**. 24ª Edição. Campinas-SP, Editora Papirus, 2002.